

Na economia, prejuízos estruturais

Congresso deixa de votar projetos que dariam ao País garantia de maior competitividade

SIMONE CAVALCANTI E
SANDRA NASCIMENTO
SÃO PAULO

Mais do que o impacto momentâneo da queda do otimismo dos consumidores e da retração dos investimentos por parte do setor produtivo no terceiro trimestre de 2005, auge dos eventos ligados ao mensalão, os reflexos negativos da crise política sobre a economia brasileira estão ainda por vir. Tomado pelos escândalos, o Congresso Nacional interrompeu a aprovação de projetos da agenda microeconômica, importantes para melhorar aspectos estruturais que dão ao País a garantia de maior competitividade econômica.

"Por causa da crise, não foram aprovadas reformas que, mesmo pequenas, são importantes para o desempenho da economia daqui para frente", diz Regina Nunes, presidente da Standard & Poor's no Brasil. Segundo a executiva, o País perdeu, mais uma vez, a chance de melhorar aspectos estruturais. Principalmente em um momento no qual a cena externa estava favorável e muitos indicadores domésticos também. "Perdemos dois anos: 2005, pela crise, e 2006, pelas eleições".

Entre os projetos que fazem parte da agenda microeconômica que o Executivo encaminhou ao Parlamento no ano passado, estão as novas regras para o resseguro, a regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito e o novo formato do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência,

são exemplos de medidas que já poderiam estar surtindo efeito positivo na economia.

Mesmo diante dessas implicações, a agência de classificação de risco considerou que os fundamentos da economia brasileira estavam fortes o suficiente para colocar o Brasil sob perspectiva positiva, em outubro do ano passado, elevando o rating em moeda local para BB+ em fevereiro deste ano — a um degrau do almejado grau de investimento. Regina ressalta que 2005 mostrou que, a despeito dos problemas políticos e o consequente atraso na aprovação das medidas, a política está, cada vez mais, se distanciando da economia.

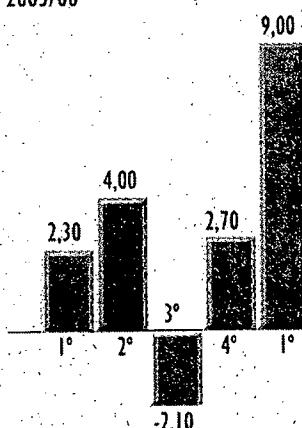
Mais enfático a respeito do reflexo da crise naquele período, Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, diz acreditar que os eventos geraram incertezas no empresariado sobre quem

Com o tempo, veio a certeza de que os efeitos políticos não contaminariam as decisões da equipe econômica

mais os escândalos poderiam atingir e, principalmente, se os rumos da política econômica mudariam. "A crise de confiança gerou maior cautela e o principal indicativo disso são os investimentos medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que ficaram negativos em 2,1% no terceiro trimestre do ano", afirma ele, lembrando que foi um efeito momentâneo recuperado no quarto trimestre, quando a

FORMAÇÃO BRUTA DO CAPITAL FIXO

(Variação no trimestre - em %)
2005/06



FONTE: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

FBCF cresceu 2,7%. "Foi virando pizza e houve a certeza de que os efeitos políticos não contaminariam as decisões da equipe econômica", diz.

À época, em declaração a esse jornal, o diretor geral do SAS Institute para a região sul da América Latina, Milton Isidro, afirmou que a crise realmente paralisou investimentos que estavam prontos para acontecer e que o crescimento entre julho e setembro seria de 35% sobre o mesmo período de 2005; a expectativa era de 55% no período.

CONFIANÇA NA GANGORRA

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) divulgado mensalmente pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio) desde janeiro de 2004, registrou, em setembro do ano passado, a maior queda percentual de um mês em relação ao anterior (-13,2%) e chegou, e, outubro, ao piso histórico de

108,44 pontos. Na avaliação da diretora da assessoria econômica da Fecomércio, Fernanda Della Rosa, a análise da série histórica mostra claramente o impacto inicial das denúncias contra o Congresso nos meses de junho a outubro, quando a queda acumulada no período, em relação a maio do mesmo ano, chega a 19%. Com o passar do tempo e a manutenção da estabilidade econômica, a percepção do consumidor foi melhorada, diz Fernanda, com base nos números da pesquisa: em novembro houve uma alta de 7,9% em relação ao mês anterior, para 117 pontos e, a partir daí, manteve-se acima dos 130 pontos. Em maio último ficou em 138,70.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Claudio Vaz, tem uma visão diferente. "Na minha análise não houve conexão direta entre o mensalão e a queda do PIB no terceiro trimestre", disse ele, acrescentando ser a retração econômica do período resultado de "medidas conservadoras tomadas pelo governo no primeiro semestre, 'por medo da inflação'", entre elas o arrocho fiscal, com um superávit primário que chegou de 6% no início do ano; juros altos e câmbio desfavorável. "Essas medidas não foram motivadas pela crise política".

Nem mesmo a troca de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda causou turbulências na economia. Palocci, até então o ministro forte do governo Lula, deixou o cargo em março em meio a denúncias de corrupção durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto.

(Ver mais na página A-11)